

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

12





ficha técnica

Título | Serial title

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº12, dezembro de 2017

Edição | Publisher

edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Conselho Editorial | Editorial

Managing Editor:

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Sara Sucena (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Comissão Científica | Scientific Advisory Board

Antonella Violano (Assistant Professor at the Department of Architecture and Industrial Design – Università della Campania "Luigi Vanvitelli")

Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Clovis Ultramarí (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FRUP/FEUP)

João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Miguel Branco Teixeira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Paulo Castro Seixas (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture and Urban Planning of Riga Technical University)

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)

Design

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

**Uma cidade boa para viver.
Planeamento cultural e ciência cidadã no
desenvolvimento urbano sustentável
A Good City for Living. Cultural
planning and citizen science within
sustainable urban development**

Paulo Castro Seixas

Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Ricardo Cunha Dias

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

rdias@iscsp.ulisboa.pt

Pedro Pereira

Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

pedropereira@ess.ipvvc.pt

RESUMO

Partindo de uma experiência piloto com vários grupos intergeracionais da cidade de Viana do Castelo, este artigo é uma descrição reflexiva sobre o projeto “Uma Cidade Boa para Viver” e tem como objetivo problematizar o planeamento cultural (PC) e a ciência cidadã (CC) como novas abordagens para um desenvolvimento urbano sustentável (DUS). Sustentando-se em metodologias de participação investigativa e técnicas prospetivas, o artigo discute as concepções do cidadão comum de “uma cidade boa para viver”, a pertinência das mesmas no plano político-normativo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como a utilização das técnicas colaborativas em tais exercícios. Os primeiros resultados desta investigação-ação revelam consonância entre os *planos individuais e de grupo* (as concepções de sustentabilidade do cidadão comum), e os *planos transformacionais pretendidos* (os ODS), evidenciando o potencial das metodologias colaborativo-educativas e o papel do cientista social como planeador cultural na consciencialização dos cidadãos num quadro de DUS.

Palavras-Chave

Planeamento cultural, Ciência cidadã, Sustentabilidade urbana, Desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Num quadro de desenvolvimento sustentável (DS), as cidades têm sido concebidas como plataformas intermediadoras entre os *planos transformacionais pretendidos*: a agenda dos ODS das Nações Unidas (UN, 2015), e os *planos transformacionais individuais e de grupo*: as concepções de sustentabilidade que se querem traduzidas em práticas pelo cidadão comum. Neste artigo propõe-se que um desenvolvimento urbano sustentável (DUS) se defina como o exercício de conjugação entre tais planos.

Transformar as cidades de modo sustentável e integrado implica o reforço do papel do planeamento e da gestão urbana e territorial colaborativa. Tal acontece porque o carácter universal dos *planos transformacionais pretendidos* que se constituem como quadro político-normativo global, *guidelines* das

ABSTRACT

Starting from a project with several intergenerational groups in the city of Viana do Castelo, this text is a reflective description of the project “A Good City for Living” and aims to problematize cultural planning (CP) and citizen science (CC) as approaches to sustainable urban development (SUD). Based on investigative participation methodologies and prospective techniques, the article discusses how the conceptions of the common citizen of a “city that is good to live”, an orientation to the same political-normative plan of the Sustainable Development Objectives (SDO), as well as Collaborative techniques in such exercises. The first results of this action-research reveal consonance between the *individual and group plans* (as sustainability concepts of the common citizen), and the *intended transformative plans*, evidencing the potential of collaborative-educational methodologies and the role of the social scientist as a cultural glider in the awareness of the citizens within a SUD framework.

Keywords

Cultural planning, Citizen science, Urban sustainability, Sustainable development.

políticas públicas para o DUS, assume diferentes significados quando traduzido e interpretado nas variadas realidades políticas, económicas, ambientais, sociais e culturais. Desse modo, o carácter subjetivo e representacional dos *planos transformacionais individuais e de grupo* constitui-se como desafio à resolução dos problemas ligados à conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade urbana.

Partindo de um paradigma de PC e CC, este artigo defende que a regeneração urbana, num quadro de DUS, deve levar a uma cidade para as pessoas, e tal implica que sejam as pessoas os investigadores reflexivos dessa regeneração. Assim, as políticas públicas para o DUS devem ser acompanhadas ativamente, em todas as etapas do seu ciclo, pelas pessoas que vivem a cidade num sentido lato.

Colocada a questão: *quão próximas estão do quadro político-normativo dos ODS as concepções e os elementos transformacionais enunciados pelos cidadãos de uma cidade boa para viver?*, esta pesquisa tem como objetivos: *i.)* identificar e caracterizar as concepções idealizadas pelo cidadão comum de uma “cidade boa para viver”; *ii.)* comparar esses elementos com os *planos transformacionais pretendidos* (os ODS); mas também *iii.)* refletir os resultados da utilização de metodologias colaborativas e as suas potencialidades para o desenvolvimento de uma cidadania que possibilite um planeamento colaborativo pleno.

Este artigo é uma descrição reflexiva sobre o projeto “Uma Cidade Boa para Viver”. Tendo a sua fase piloto na cidade de Viana do Castelo, esta investigação-ação foi projetada num quadro de CC com o objetivo de se tornar um facilitador do diálogo cívico-político. O desafio que se colocou foi o de constituir as Academias Sénior e as Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico como observatórios contínuos da cidade [Seixas, 2012a], numa investigação-ação que promovesse a liberdade de criação e a reflexão artístico-científica. Nesse sentido, reunimos um grupo de juniores e outro de seniores e convidámo-los a refletir o que seria para eles “uma cidade boa para viver”, com o objetivo das suas concepções servirem posteriormente para uma auditoria cidadã face à sua própria cidade. Sustentando-nos em técnicas projetivas através do desenho e da colagem, as representações resultantes foram apresentadas e debatidas pelos grupos. Neste artigo, todo esse material foi alvo de uma análise de conteúdo.

Para responder à questão de pesquisa, este texto introduz, numa primeira secção, o conceito de DS e a necessidade da constituição dos *planos transformacionais pretendidos* em tal estratégia. Numa segunda secção, é discutida a sustentabilidade urbana e o PC e a CC como novos paradigmas neste quadro. Segue-se uma secção metodológica onde são justificadas a metodologia utilizada, seguida da exposição e análise dos dados. Por fim, são discutidos os resultados e apresentadas as limitações e contribuições deste estudo.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PLANOS TRANSFORMACIONAIS PRETENDIDOS

Embora o termo tenha antecedentes¹, o DS foi popularizado pela publicação, em 1987, do relatório *Our Common Future (O Nosso Futuro Comum)*, também conhecido por *Relatório Brundtland*². Enfatizando “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades” [CMMAD, 1987, p. 57], a definição utilizada deixou em aberto a possibilidade de conciliar crescimento económico e proteção ambiental.

Se este relatório delimitou o DS enquanto princípio político e ideológico, as conferências realizadas na cidade de Rio de Janeiro em 1992 e 2012 [ECO-92 e Rio+20] delimitaram os seus planos de ação. As orientações da Agenda 21 são aqui exemplo, com destaque para o DUS [capítulo 7]; a participação social [capítulo 10], a importância das ONGs (Organizações não Governamentais) para uma cidadania participativa [capítulos 27]; o papel dos municípios e do poder local e dos processos de consulta pública [capítulo 28], e o estabelecimento de metas para uma melhoria dos processos produtivos das empresas de forma mais eficiente e menos poluente [capítulo 30]. Estas orientações demarcam uma mudança de paradigma, sublinhando a centralidade da sustentabilidade ambiental na transformação institucional, dentro de um quadro que os sociólogos do ambiente têm definido como modernização ecológica (ME).

Proposta na década de 80, a ME defende a possibilidade de haver crescimento económico desde que as externalidades ambientais sejam incluídas nas atividades económicas por via de processos políticos proativos. Arthur P. J. Mol (2002,

¹ O termo foi primeiramente apresentado em 1980, num trabalho intitulado *Estratégias de Conservação Mundial*, resultado de uma parceria entre a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza –, e a WWF – *World Wide Fund* (Fundo Mundial para a Natureza) –, a pedido do PNUMA – Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente –, mas sem os contornos mundiais que viria a adquirir com a sua definição no Relatório Brundtland.

² Referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que à altura chefiava a equipa de trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD], também designada Comissão Brundtland.

p. 93] define-a como um “*movimento centrípeta de interesses, ideias e considerações ecológicas dentro das práticas sociais e do desenvolvimento institucional*”. Este movimento tem como princípio a modernização da sociedade centrada na corresponsabilização ambiental entre Estado, empresas, sociedade civil, ONGs, com a ciência e a tecnologia a constituírem-se a charneira de tal transformação (Queirós, 2003). Esta abordagem tem-se afirmado como a “*trajetória normativa para as reformas ambientais*” (Mol, 2000, p. 92), definindo a perspetiva dominante do DS.

Sintetizando, a definição do DS, enquanto princípio político e ideológico, coloca as reformas ambientais compatíveis com o crescimento económico, e a sustentabilidade ambiental como centralidade da transformação institucional (*top down*). A sua operacionalização, ou planos de ação, coloca a necessidade da corresponsabilização ambiental entre poder político, empresas, ONGs e sociedade civil, como motriz da transformação social (*bottom up*). Uma ME é a estratégia [com a ciência e tecnologia como charneiras] onde se estabelece o processo de mediação entre estes dois quadros.

Ora, se o DS como princípio político e ideológico serve de orientação aos planos de ação, as suas orientações devem ter em vista articular de forma integrada e sustentável as interações que uma dimensão económica, política, ambiental, social e cultural estabelecem entre si num determinado contexto. Seguimos aqui Jeffrey Sachs (2015), diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN, sigla em inglês), que defende que tal articulação só é possível a partir de uma visão holística da sociedade. Nesse sentido, este autor define o DS como uma abordagem “*normativa ou ética*” que deve servir para identificar os objetivos ou metas que delimitem como uma “*sociedade boa deve ser*” (Sachs, 2015, p. 25–27).

É a partir da distância entre a realidade e a normatividade que se definem os *planos transformacionais*: as estratégias de mudança necessárias para se percorrer a distância entre o “ser” e o “deve ser”. Assim, não basta um país “ser” rico, mas essa riqueza “deve ser” bem distribuída, colocando o combate à pobreza, a inclusão social e a igualdade de género como metas/objetivos do DS. Sabemos também

que os limites planetários à vivência humana estão hoje sobre enorme pressão. As mudanças climáticas, a acidificação dos oceanos, a diminuição da camada de ozono, a carga dos ciclos de nitrogénio e fósforo, o uso excessivo de água doce, a carga de aerossóis, a poluição química, a perda de biodiversidade, e o aquecimento global, colocam-nos desafios sócio-ambientais sem precedentes. Assim, a gestão e a sustentabilidade ambiental devem ser também princípios normativos universais a uma “sociedade boa para viver”. Os cenários do crescimento populacional, a pressão da urbanização e da agricultura intensiva sobre os ecossistemas, colocam ainda o empoderamento das mulheres, o combate à fome, a agricultura sustentável, a descarbonização da economia e o DUS como metas. Colocar em prática os *planos transformacionais pretendidos* exige também a coerência das políticas, uma administração política decente, transparência e *accountability*, tal como a participação de todos em tal transformação. Desta forma, uma das principais metas para a construção de tais planos são as parcerias entre os cidadãos, a economia local e os vários níveis de governação.

É a partir deste quadro político-normativo que a ONU (2000) propôs, para o período 2000–2015, a primeira política pública para o desenvolvimento global, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Conseguiram-se progressos significativos nesse período, mas o desafio de tornar o DS como objetivo universal continua. Colocam-se agora, para o período 2015–2030, os ODS já referidos. No *draft* da Assembleia Geral da Nações Unidas (2015), sugestivamente intitulado *Transformar o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, fica clara a necessidade de conjugar os *planos transformacionais pretendidos* com os *planos transformacionais individuais e de grupo* – uma mudança global, simultaneamente *macro* e *micro*. Neste sentido, interpretamos os ODS como um *mecanismo de experimentação* entre dois quadros políticos complementares: (1) um extensivo (*top down*) de orientação para a transformação institucional, composto por 17 objetivos e 169 metas associadas; e (2) um quadro minimalista (*bottom up*) para experimentação e adaptação local, composto por cinco eixos temáticos, os “5 Ps”: Pessoas; Planeta; Prosperidade; Paz; e Parcerias (UN, 2015). Segundo Paulo C. Seixas (2014, p. 194), estas duas lógicas realçam a centralidade da “*governan-*

ça da resiliência do Antropoceno³, uma primeira tentativa global de articular e governar a diferentes níveis, de forma integrada e em parceria, as cinco dimensões do DS.

Ora, o estabelecimento dos *planos transformacionais pretendidos* para o DS implica que os cidadãos e as suas comunidades adquiram conhecimentos que incrementem um sentido crítico que lhes permita uma mudança de valores e atitudes na relação com o meio ambiente. Este desenvolvimento de uma consciência ambiental tem-se reafirmando na centralidade que a 'educação ambiental' (EA) ocupa na agenda global para a cidadania desde as orientações da Carta de Belgrado (1975) e da definição dos seus princípios pela Conferência de Tbilisi (1977). A esta agenda juntou-se, mais recentemente, a 'educação para o desenvolvimento sustentável' (EDS) com o objetivo de tornar os cidadãos mais ativos civicamente, ajudando-os a tomar posições concretas e a agir em comunidade (Schmidt e Guerra, 2013). É a este nível que os *planos pretendidos* devem orientar os *planos transformacionais individuais e de grupo* – uma mudança consciente, informada e participada dos modos de vida dos cidadãos e das suas comunidades.

Ajustar um plano universal a realidades diferenciadas envolve a participação dos que mais próximos estão dessas mesmas realidades. Neste sentido, na próxima secção será discutida a centralidade das cidades e das suas comunidades na articulação no eixo global-local dos diferentes *planos transformacionais*. Serão também apresentados dois movimentos em curso – o PC e a CC, e discutidas as suas potencialidades para um planeamento urbano colaborativo que possibilite e se constitua no DUS.

3. PLANEAMENTO CULTURAL, SUSTENTABILIDADE URBANA E CIÊNCIA CIDADÃ

Partindo da sustentabilidade como quadro normativo para as políticas públicas de desenvolvimento urbano, o ambiente, o território, e, mais especificamente, as novas espacia-

lidades, as cidades-região, têm sido reinvestidos de nova centralidade em resposta à fragmentação da cidade moderna. Se aqui a metrópole deu lugar à metropolização enquanto paradigma estrutural (*hardware*), a cultura, a criatividade e a sustentabilidade passaram a ser o paradigma funcional-constitutivista (*software*) adequado (Seixas, 2011). Ora, tais novas práticas espaciais implicam novas representações do espaço por parte dos *fazedores da cidade*, as do PC e novos espaços de representação, enquanto espaços de criação, investigação e ensino e que têm de ser cada vez mais os da CC.⁴

O PC tem as suas raízes em Patrick Geddes, fundador da disciplina e prática do Planeamento Regional e Urbano (PRU) em Inglaterra que importou da geografia francesa a ideia de "região natural" (Ghilardi, 2001; Mercer, 2006; Seixas, 2016). Seguindo este conceito, o planeamento deve ser realizado em função da relação *folk-work-place* (cultura-trabalho-lugar), baseado, assim, no levantamento dos recursos naturais de uma dada região (*place*), das respostas humanas a esses recursos (*work*), e das complexidades da paisagem cultural daí resultantes (*folk*) (Hall, 1996; Ghilardi, 2001).

Outra precursora do PC foi a urbanista Jane Jacobs que contribuiu, no seu livro *The Death and Life of Great American Cities* (1961), com duas ideias centrais: (1) a cidade como um "sistema vivo" (*living system*); e as pessoas como centro da "vitalidade urbana", defendendo que o PRU deveria ter como objetivo uma gestão humanística dos ambientes urbanos e a produção de ambientes de convivencialidade.

Uma noção de PRU participativo, e, em parte, já colaborativo, surge nos anos 80, com a generalização da cultura e das indústrias culturais e criativas (ICC) como factores de produção do espaço em resposta à globalização (Seixas, 2011). Nessa linha, o conceito de PC aparece pela primeira vez no livro *The Arts in the Economic Life of the City: A Study*, de Harvey Perloff (1979), referindo-se à identificação dos re-

³ Proposta para designar a atual época da história natural do planeta caracterizada pelos humanos como a principal força geológica definidora.

⁴ Para uma análise mais aprofundada dos contributos do PC e da CC, ver Seixas (2016; 2017). Sobre a mudança institucional das escolas para espaços de tradução no quadro da CC, ver Seixas (2016).

cursos culturais pelas comunidades, como forma de promover o desenvolvimento comunitário pelas artes.

Numa concepção mais atual, Colin Mercer (2006, p. 6) define o PC como “*a uso estratégico e integral dos recursos culturais no desenvolvimento urbano e comunitário*”. Partindo desta definição e das palavras-chave do PC, Seixas (2017) identifica os papéis dos planeadores culturais sintetizados no Quadro I.

É na relação das comunidades com o espaço e com os ecossistemas que a envolvem (*folk-work-place*), e do conhecimento/cultura local resultante dessa relação, que se podem criar referências para a sustentabilidade dessas mesmas comunidades. Neste sentido, o PC parte da cultura local: do reconhecimento dos *planos transformacionais individuais e de grupo*; e cruza-o com a agenda global: *os planos globais pretendidos*; para produzir comunidades, cidades e regiões urbanas sustentáveis.

O que se propõe neste texto é que esta centralidade da sustentabilidade para os modelos de desenvolvimento territorial, isto é, “*a produção de um cenário e das decisões estratégicas e metodológicas para a sua prossecução em um determinado tempo e espaço*” (Seixas, 2012b, p. 149), acrescenta ao PC uma nova palavra-chave: a “sustentabilidade urbana”, e em conformidade, um novo papel: a “conscientização ambiental”, aos planeadores culturais como educadores ambientais e educadores para o OS.

Sustentabilidade urbana é definida por Virgínia W. Maclaren (2004) como um conceito qualitativo que depende das percepções que cada comunidade urbana tem das suas condições atuais. Tal significa que os indicadores usados para medir o desenvolvimento de uma comunidade em direção aos “*objetivos de sustentabilidade desejados*” (quadro normativo) podem não ser necessariamente adequados para medir o progresso de uma outra comunidade. No entanto,

Quadro I. Correspondência das Palavras-chave do PC com os Papéis dos Planeadores Culturais

Palavras-Chave do PC:	Papéis dos Planeadores Culturais:
Estratégico – parte e centro de uma estratégia vasta de desenvolvimento comunitário e urbano;	Tradutores – os planeadores culturais devem, ao nível estratégico, estabelecer pontes entre os recursos para a inovação e aqueles que deles necessitam;
Integral – fazendo parte desde o início e como componente vital de uma “coligação de crescimento”;	Articuladores – devem persuadir os outros planeadores que o que está a ser planeado no PC são modos de vida, a qualidade de vida, as rotinas diárias fundamentais e estruturais de residência, consumo, trabalho e lazer (<i>folk-work-place</i>);
Planeamento – alargado, lateralizado e complexificando o pensamento dos planeadores tradicionais;	Alargar a Agenda – devem alargar a agenda dos outros planeadores, expandindo-a, lateralizando-a, e confundindo-a; devem propiciar “ <i>uma consulta pública e pesquisa em vez de projetos estéticos de espaços utópicos e espaços urbanos</i> ” (Mercer, 2006, p. 7);
Recursos Culturais – a “matéria” do PC, e em que “a cultura é o que conta como cultura para aqueles que nela participam”, aproxima-se do conceito antropológico de cultura como ‘conhecimento local’ e ‘modo de vida’.	Consciência Cultural – devem possibilitar uma consciência cultural das realidades de diversidade cultural e do pluralismo, “ <i>alargando a agenda do planeamento de forma a incluir quer novos produtos culturais, quer os produtos oriundos da diversidade cultural e experiências de outras culturas</i> ” (Mercer, 2006, p. 8).

Fonte: Seixas (2017, p. 85)

Quadro II. Sustentabilidade Urbana e a Consciência Ambiental no PC

Palavra-Chave do PC:	Características dos Papéis dos PC:
Sustentabilidade Urbana – conjunto de condições ambientais, económicas, políticas, sociais e culturais desejadas (normativas) e estáveis no tempo (Maclaren, 2004).	Consciência Ambiental – os planeadores culturais devem promover a consciência ambiental, procurando “ <i>incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo o sentido crítico e a capacidade de agir civicamente</i> ” (Schmidt e Guerra, 2013, p. 195), ajudando-os a tomar posições e a agir em comunidade na procura de um mundo mais igualitário e sustentável.

Fonte: Dados da Pesquisa

definindo o DUS como o processo pelo qual a sustentabilidade urbana pode ser atingida, a autora salienta que existem indicadores que devem ser comuns a todas as comunidades, e que dizem respeito aos aspetos políticos, ambientais, económicos, sociais e culturais pretendidos (Quadro III).

Não existe, assim, um único nem melhor *plano transformacional*. O desafio é o de uniformizar a subjetividade dos *planos individuais e de grupo*, e fazê-los convergir com os *planos pretendidos*, colocando a centralidade da sustentabilidade urbana como palavra-chave do PC, e a EA e a EDS como papéis principais dos planeadores culturais. Colocar em prática estes papéis (como definidos no Quadro I e II) leva-nos ao segundo movimento, a CC.

A CC, ciência das multidões, ciência cívica, ciência das redes, ciência voluntária, entre outras denominações, é a mais recente derivação de uma genealogia de diferentes tradições que se tem afirmado face ao desafio epistemológico da ciência moderna perante a complexidade relacional das sociedades contemporâneas (Seixas, 2016; 2017).

Num contexto de “*sociedade aberta*” e de “*democratização do conhecimento*” (European Commission, 2013), a CC tem sido adotada pelas ciências ambientais em função da triangulação entre “conhecimento local” (pessoas), das “tecnologias individuais”, e a “nova ideologia da sustentabilidade”.

Segundo o *Comition Report on Environmental Citizen Science* (European Commission, 2013), a definição de CC segue duas linhas de interpretação: i.) uma relacionada com a proposta do termo por Alan Irwin (1995), e que remete a CC para a valorização do “*conhecimento tradicional, local e leigo*” (*lay, local and traditional knowledge, LLTK*, sigla em inglês) como fonte de dados e de conhecimento ambiental, que deve ser utilizado para completar o conhecimento profissional; e ii.) outra interpretação na linha do cientista ornitólogo Rick Bonney, e remete a CC para a participação pública na ciência através do *crowdsourcing* (angariação voluntária de dados por parte dos cidadãos). Sforzi (2013) tenta reunir estas duas interpretações definindo a CC como: conhecimento do meio local em função da experiência e a submissão de dados científicos em grande número por voluntários em linha.

São várias as classificações dos projetos de CC quanto ao nível de participação e envolvimento dos cidadãos (ver, por exemplo, Bonney, *et al.*, 2009a; 2009b) e tipologia dos projetos (ver, por exemplo, EEA, 2011; Haklay, 2012; Wiggins and Crowston, 2012). Sintetizando, as diferentes classificações, a CC implicam sempre determinadas relações entre ciência, política e sociedade. Dentro destas propostas, sobressai a “*pesquisa-ação*”, de Kurt Lewin (1946), como uma tradição mais qualitativa da qual a CC é devedora.

Quadro III. Operacionalização do DUS

Conceito	Dimensões	Indicadores
DUS	Social	Preocupação com a equidade intergeracional; Preocupação com a equidade intrageracional; Preocupação com a equidade geográfica (necessidade de promover o crescimento económico e o bem-estar de uma comunidade sem provocar a degradação de outra/s comunidade/s); Preocupação com o bem-estar coletivo e individual; Satisfação das necessidades individuais;
	Económica	Vitalidade e diversidade económica;
	Ambiental	Utilização mínima de recursos não renováveis Conservação do meio ambiente (devendo as populações viver de acordo com as suas capacidades);
	Política	Preocupação com a equidade no poder de decisão (governança); Autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão);
	Cultural	Preservação da diversidade e património cultural.

Fonte: Adaptado a partir de V. W. Maclaren (2004)

Sublinha-se, assim, que as dimensões, quantitativa e qualitativa, da CC devem ser complementares na sua aplicação ao PRU. Neste sentido, a angariação de *big data* para um *planeamento macro-participativo*, deve ser complementada pela *small data* (Bonde, 2013; Lindstrom, 2016) ou *sensitive data*⁵, num sentido compreensivo dos dados, a partir de um *planeamento micro-colaborativo*. Neste artigo, abordaremos apenas a dimensão qualitativa da CC considerando o conhecimento local como fonte de dados compreensivos e de conhecimento ambiental, que deve ser uniformizado para a participação cidadã no planeamento urbano.

4. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Partindo então de um paradigma de PC, ou seja, da defesa de políticas de PRU sustentadas em evidência colaborativa, colocou-se o objectivo de identificar e caracterizar as concepções de sustentabilidade urbana do cidadão comum – os *planos individuais e de grupo*, testando para isso metodologias de investigação-ação que num quadro de CC possibilitassem a identificação uniformização de tais concepções – e sua relação com os *planos transformais pretendidos*.

Este objectivo coloca-se como descrição reflexiva sobre os resultados alcançados na primeira fase do projecto “Uma Cidade Boa para Viver”. O projecto realizado na cidade de Viana do Castelo foi planeado num quadro de CC e colocou o desafio de constituir as Academias Sénior e as Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico como observatórios contínuos da cidade (Seixas, 2012a), numa investigação-ação que promovesse a liberdade de criação e a reflexividade artístico-científica.

⁵ Apesar do livro de Lindstrom ter divulgado o termo, parece ter sido Allen Bonde o criador do mesmo: “*Small data connects people with timely, meaningful insights [derived from big data and/or “local” sources], organized and packaged – often visually – to be accessible, understandable, and actionable for everyday tasks*”. Os termos “*big data*” (megadados) e “*sensitive data*” (dados sensíveis) aparecem associados à utilização das T.I.C na recolha e armazenamento de dados digitalmente. A noção de *sensitive data* é geralmente usada para caracterizar dados considerados sensíveis como a origem étnica ou racial; opinião política; crenças religiosas ou similares; detalhes sobre a saúde física e mental; etc.. O que aqui propomos é o alargamento do termo a dados compreensivos como concepções, representações, etc., que permitam interpretar e dar sentido aos megadados.

Segundo Kemmis e McTaggart (1988), a investigação-ação constitui uma forma de questionamento reflexivo e colectivo de situações sociais realizado pelos participantes, com vista a melhorar as suas próprias práticas sociais ou educacionais bem como a compreensão dessas práticas e as situações nas quais estas são desenvolvidas. Trata-se assim de uma investigação colaborativa, desenvolvida através da acção (analisada criticamente) dos membros do grupo.

Neste quadro, sustentamo-nos metodologicamente em técnicas prospectivas na recolha de dados na forma do desenho e da colagem com vários grupos intergeracionais. O processo foi realizado em duas fases. Numa primeira, foram convidadas duas turmas, uma do 1º Ciclo do Ensino Básico e outra da Academia Sénior, compostas por 25 juniores e 20 seniores, para que em grupos de 3 projectassem o que era para eles “uma cidade boa para viver”. Numa segunda fase, cada grupo apresentou e discutiu oralmente o resultado do seu trabalho às respectivas turmas.

O *corpus* de análise foi composto pelos trabalhos artísticos e as gravações áudio das apresentações orais realizadas pelos grupos. Neste artigo, esse material foi alvo de uma análise de conteúdo. Justifica-se a escolha desta técnica, quer pela sua aplicabilidade sobre qualquer forma de comunicação (Bardin, 1977), quer pela sua adequação sobre qualquer tipo de material, estruturado ou não estruturado (Vala, 1986). Krippendorff (1980, p. 21) define-a como “*uma técnica de investigação que visa fazer inferências fiéis e válidas a partir dos dados para o seu contexto*”.

Na aplicação da técnica, optámos pela análise categorial com vista à construção de um sistema de categorias baseado na inferência dos resultados, incidindo assim, na sua vertente qualitativa (Bardin, 1977). Utilizamos para esta análise um sistema de classificação semântico, a partir de um procedimento designado por “*milha*” (Bardin, 1977, p. 119), ou seja, em que o sistema de categorias foi resultado da classificação progressiva dos elementos à medida que se desenrolou o processo de investigação.

Relativamente às questões de validade e fidelidade procuramos que a codificação das categorias respeitasse as cinco regras fundamentais que asseguram a sua fiabilidade. Estas

regras são: "exclusão mútua", "homogeneidade", "pertinência", "objectividade" e "produtividade" (Bardin, 1977, p. 120).

5. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Partindo da "leitura flutuante" ao material artístico dos juniores, o que sobressaiu desde logo foi a predominância de três cores: i. verde [relacionado com os parques e zonas verdes, árvores, relva e flores]; ii. azul [relacionado com o céu, com o mar, piscinas e riachos]; e iii.] amarelo [relacionado com a areia da praia e o sol].

Nesse sentido, "uma cidade boa para viver" foi caracterizada pelos juniores como uma cidade onde se possa: "descansar", "relaxar", e "brincar", uma "cidade divertida", "alegre", onde "estar com a família" é importante, assim como é importante que os "seniores tenham espaços para convi-

ver". Os "parques aquáticos" e os "parques de brincar" aparecem com grande frequência, onde "baloiços", "escorregas" e "pistas de skate" não podem faltar. Da mesma forma, "campos de futebol", "parques e centros desportivos" são importantes para as "práticas desportivas". "Uma cidade boa para viver" é, assim, sinónimo de uma *Cidade Parque de Diversões*, mas também de uma *Cidade de Aprendizagem* onde a "escola", "museus", "monumentos" e "jardins zoológicos", fazem parte dos requisitos dos juniores, como fundamentais a uma "cidade de sonho".

As "habitações", "estradas", "parques de estacionamento", "hospitais", "shoppings", "cafés" e "aeroportos" aparecem também na denotação, representando o imaginário de urbanidade dos juniores, a *Cidade dos Adultos* onde estes "andam acompanhados pelos pais". Na maioria dos desenhos, aparecem ainda árvores, montanhas e riachos que foram associados à "produção do oxigénio", "qualidade do ar", "paisagem", e a uma "vida mais saudável". Os juniores relacionam, assim,

Imagem 1. Exemplos dos Trabalhos Realizados pelos Juniores



Tabela I. Trabalhos dos Juniores

Elementos Representados nos Desenhos e/ou Colagens	Palavras/Expressões-Chave Utilizadas na Apresentação Oral dos Trabalhos	Categorias
Parques; Praias; Parques Aquáticos; Espaços Verdes; Piscinas; Festas; Baloços Escorregas	Descansar; Relaxar; Estar em família; Brincar; Diversão; Alegre; Inclusão intergeracional;	<i>Cidade Parque de Diversões</i>
Pista de Motos; Pista de Skate; Campos de Futebol; Parques e Centros Desportivos; Parques de Ciclismo e Atletismo;	Desporto; Aventura; Estar com os amigos; Jogos;	
Museus; Escolas; Monumentos; Jardins Zoológicos;	Aprender; Educação; Cultura; Imaginação;	<i>Cidade da Aprendizagem</i>
Montanhas; Árvores; Flores; Sol; Riacho;	Natureza; Produção do Oxigénio; Qualidade do Ar; Paisagem;	<i>Cidade Verde</i>
Quinta Biológica; Ciclovias;	Saudável;	
Estradas; Prédios; Parques de Estacionamento; Hospitais; Habitações; Shoppings; Aeroportos; Praças; Cafés.	Trabalho; Saúde.	<i>Cidade dos Adultos</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

"uma cidade boa para viver" com uma *Cidade Verde*. Neste trecho em particular, um dos juniores estabelece a relação tácita entre "fábricas" e "poluição", "verde" e "saudável":

[Facilitador] – "Há uma coisa que eu vejo nesse desenho, muito verde?"

[Júnior] – "Hum, é que é uma cidade mais saudável... porque hoje em dia há muitas fábricas, nunca vemos plantas por aí, e eu decidi mudar e pôr uma cidade mais verde, mais saudável."

Da análise de conteúdo ao material dos seniores, "uma cidade boa para viver" aparece associada a quatro temas/categorias: 1.) *Cidade Sustentável*; 2.) *Cidade da Cultura e da Aprendizagem*; 3.) *Cidade da Tolerância e da Diferença*; e 4.) *Cidade do Bem-estar e Qualidade de Vida*.

O primeiro tema, a *Cidade Sustentável*, foi conotado a partir dos elementos: "espaços verdes", relacionados com "espaços sem poluição", "conservação ecológica" e "preservação da biodiversidade"; "autossuficiência energética", ligada com

Imagem II. Exemplos dos Trabalhos Realizados pelos Seniores



Tabela II. Trabalhos dos Seniores

Elementos Representados nos Desenhos e/ou Colagens	Palavras/Expressões-Chave Utilizadas na Apresentação Oral dos Trabalhos	Categorias
<ul style="list-style-type: none"> • Energia e Transportes (utilização de transportes públicos e de preferência os que se movem a energias renováveis; veículos híbridos com recurso a energias alternativas; carros com circulação restrita no centro da cidade); • Parque Solar e Parque Eólico • Espaços verdes; • Circuitos de Manutenção (jardins; jardins; praca; ler um livro; passear) • Praia; rio; parque onde se possa praticar remo; passear de barco; numa barragem; fontes e repuxos; lagos; • Reserva Ecológica; • Biodiversidade; • Prédios: equipados com painéis solares; • Saneamento Básico e Tratamento de Águas; • Estação de Produção de Biogás; • Estradas Produtoras de Energia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade Ambiental e Conservação Ecológica; • Autossuficiência Energética e Energias alternativas/renováveis; • Eliminação da Produção de Gases de Efeito Estufa; • Desenvolvimento Sustentável; • Saudável; • Economia Verde; • Estética: elementos arquitecturo-urbanísticos com a menor utilização de betão possível; água como sentido estético de uma cidade (fontes e repuxos); • Cidade Inteligente; • Cidade Jardim; • Clima Temperado; 	<p><i>Cidade Sustentável</i></p>

[continua]

Elementos Representados nos Desenhos e/ou Colagens	Palavras/Expressões-Chave Utilizadas na Apresentação Oral dos Trabalhos	Categorias
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e Instrução e Educação (congressos temáticos, sessões de cinema; debates políticos e científicos;) • Arte, Música e Dança; • Bibliotecas; • Teatros; • Zona Históricas e Património; • Casa da Música; • Escolas de Música; • Escolas com Crianças; • Universidades; • Cinemas; • Museus; • Centro Cultural; Casa das Artes; • Programa Escolar (ciências da vida onde são tratadas as questões ambientais e de cidadania; desenvolvimento do sentido crítico; criatividade e experimentação); • Parques Infantis como Locais de Aprendizagem; • Cursos Básicos de Contabilidade e Economia; • Centros de Investigação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura; • Educação; • Formação ao Longo da Vida; • Espaços de Intercâmbio e Aprendizagem Intergeracional; 	<p><i>Cidade da Cultura e da Aprendizagem</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Espaços de Tolerância Religiosa (templos para várias religiões); 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade; • Respeito pelo Outro; • Tolerância pela Diferença e Religião; • Solidariedade; • Cidadania; • Equidade Multicultural; • Paz e Harmonia; • Justiça e Equidade Social; 	<p><i>Cidade da Tolerância e da Diferença</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Gastronomia; • Zonas de Lazer; • Circuitos de Jogging e Bicicleta: ciclovias e zonas pedonais; • Ginásios e Recintos Desportivos; • Marina e Clube Náutico; • Estádio de Futebol; • Hospitais e Farmácias; • Indústria e comércio; • Centros Comerciais; • Instituições de Apoio à População Sénior; • Serviços Públicos; • Hotéis e Restauração; • Observatório das Doenças; • Habitação para todos ; • Polícia; • Prisão; • Meios para as Pessoas com Deficiência e Terceira Idade; • Câmara Municipal; • Aeroporto; • Lar para Idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bem-Estar Social; • Qualidade de Vida; • Saúde; • Envelhecimento Ativo; • Segurança e Vigilância; • Trabalho/Emprego; • Política de Proximidade e Cidadania Participativa e Intergeracional (na tomada de decisão política); • Felicidade; Uma Cidade Alegre; • Desporto e Lazer. 	<p><i>Cidade do Bem-Estar e Qualidade de Vida</i></p>

Fonte: Dados da Pesquisa

a relação “energia-transportes” e “energia-economia”, e a importância da “água” como “paisagem” e “recurso natural”.

Sénior: – “A sustentabilidade ambiental, a autossuficiência energética, e a eliminação da produção de gases de efeito estufa são os princípios subjacentes a todas as estratégias de desenvolvimento e progresso económico, social e cultural da cidade. Esta preocupação está presente em todas as manifestações da vida da cidade e dos cidadãos, e influencia a visão que o homem tem de si próprio e do mundo, materializada na proteção ambiental praticada pelos cidadãos e no respeito e tolerância pelo outro, pelas suas opiniões e crenças mesmo de natureza religiosa.”

Cada um destes elementos foi, em diferentes graus, representados e expressos em todos os trabalhos. Os “espaços verdes” aparecem associados a “parques públicos”, que incluem uma vasta gama de práticas (de lazer, desportivas, de convívio, etc.). Aparecem também associados a uma “vida mais saudável”, “qualidade do ar”, e “à necessidade de eliminação da emissão dos gases com efeito estufa”.

Sénior: – “[...] entendemos que a cidade ideal tem que ser um Espaço e um Tempo. Espaço e tempo onde o Homem e a Natureza se interrelacionem. Só pode haver bem-estar se houver harmonia entre a Natureza e o Homem. Consideramos até que é a natureza que assume o papel fundamental neste equilíbrio. [...] a cidade tem que ser um espaço e um tempo onde nos possamos encontrar, onde possamos ser felizes [...]”

Os “espaços verdes” aparecem também associados a uma nova estética arquitetónico-urbanística, as “cidades jardim”:

Sénior – “[relativo aos prédios] muitos deles têm telhados com relva ou jardins e outros tem sacadas com plantas, ou são, da base até ao topo, circundados a toda à volta por espirais em vidro que constituem uma espécie de estufas onde são plantados arbustos e árvores, algumas de fruto, que dão aos prédios a aparência de grandes construções ajardinadas. [...] A cidade é toda ela um grande jardim [...]”

A água é simultaneamente apresentada como “ambiente natural e estético”. Desde as praias, onde as pessoas podem “relaxar”, “conviver” e até “passearem sozinhas para esta-

rem em comunhão com a natureza”, aos “rios”, e às atividades como o “remo” (com muita tradição na cidade de Viana do Castelo), até às “fontes” e “repuxos” como fundamentais à estética de uma “cidade bonita”.

A “autossuficiência energética” aparece associada à “produção e utilização de energias alternativas/renováveis” e à relação “energia-transportes”. Aqui é sugerida a utilização de transportes públicos, “de preferência os que se movam a energias renováveis”; e “veículos híbridos com recurso a energias alternativas e com circulação restrita no centro da cidade”. É também proposta a instalação de “parques solares e eólicos” para a produção de energia. A relação entre energia e economia passa pelas “energias amigas do ambiente” dentro de um modelo de “economia verde”. Os prédios aparecem equipados com painéis solares e fotovoltaicos, “implantados em zonas verdes”, com “telhados com relva ou jardins”. O “biogás” aparece também como alternativa energética e é proposto que “as próprias estradas devem servir como produtoras de energia”.

A segunda categoria, a *Cidade da Cultura e da Aprendizagem*, resultou de elementos consensualmente referidos: a promoção de “cultura e instrução”, tanto por “congressos temáticos, sessões de cinema, debates políticos e científicos”, como por “programas escolares”, nomeadamente a proposta de uma “ciência da vida” onde seriam “tratadas as questões ambientais e de cidadania; autodesenvolvimento e desenvolvimento do sentido crítico, criatividade e experimentação”. A “arte”, “música”, “dança” e “cultura” ligadas a espaços como o “teatro”, à “casa da música, da cultura e das artes”, “museus”, ao “cinema” entre outros. E a “educação e conhecimento” são associados aos seguintes espaços: “escolas”, “parques infantis a partir de jogos didáticos”, “bibliotecas”, “universidades e centros de investigação”.

Sénior – “Existem na cidade espaços de intercâmbio intergeracional, com atividades organizadas pela administração local, e com a colaboração da universidade local.”

A cidadania aparece na apresentação oral, associada à questão da segurança e ao “individualismo como parte da condição humana”. No contexto de “uma cidade mais justa

e igualitária”, a cidadania apresenta-se como parte do processo de decisão político:

Sênior: – “A administração local é assistida por um conselho de cidadãos constituído por pessoas sem qualquer comprometimento partidário. Integram esta assembleia cidadãos de todos os estratos sociais e etários, que tem também adolescentes escolhidas pelas escolas, e jovens universitários, o melhor de cada curso. Esta assembleia não tem poder deliberativo. Cabe-lhe discutir [...] sugerir ou aconselhar as decisões a tomar pelo poder local.”

“Uma cidade boa para viver” é também uma cidade com “espaços de intercâmbio e aprendizagem intergeracional”. Nestes espaços, as “crianças e jovens” aparecem como fundamentais para uma “cidade alegre e saudável”, salientando a “alegria que as crianças dão a uma cidade”. São também elas o “futuro, tendo que se evitar uma sociedade envelhecida”. Os espaços de intercâmbio intergeracional são ainda espaços onde a “vigilância pode ser realizada pelos próprios idosos”.

Os elementos da terceira categoria, a *Cidade da Tolerância e da Diferença*, foram amplamente debatidos enquanto fundamentais para “uma cidade boa para viver”. Nesta discussão surgiram elementos como “espaços de tolerância religiosa” e “templos para várias religiões”, onde pessoas das diferentes “religiões e etnias poderiam simultaneamente meditar de forma pacífica e harmoniosa”.

O último tema, a *Cidade do Bem-estar e Qualidade de Vida*, aparece associado à “saúde”, “envelhecimento ativo”, “bem-estar social” e “qualidade de vida”. A condição de sênior, não é assumida como preponderante, sendo que, no entanto, “uma cidade boa para viver” é acima de tudo uma “cidade inclusiva”, onde os “seniores não devem ser esquecidos”, e, de acordo com as suas capacidades, “devem desempenhar um papel ativo a vários níveis”.

Sênior – “Existem ainda duas instituições de apoio à população sénior, onde cada pessoa que os frequenta em regime de internamento, ou apenas durante o dia executa voluntariamente tarefas em atividades diversas, desde trabalho de campo em hortas, manufaturas diversas, cozinha, etc.,

colhendo desse trabalho, adequado às capacidades de cada um, uma sensação de utilidade que muitas sociedades recusam aos seus idosos.”

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Indo ao encontro dos objetivos da pesquisa, as concepções resultantes dos trabalhos e apresentações dos dois grupos de idade estabeleceram, transversalmente, a relação *Sustentabilidade Ambiental–Uma Cidade Boa para Viver*. É de salientar que ao ter sido colocada a questão aberta: “o que é para vocês uma cidade boa para viver?”, e não um questionamento direto sobre sustentabilidade urbana, esta relação ganha ainda mais significado no contexto da pesquisa.

De forma simples e simbólica, “uma cidade boa para viver” é para os juniores uma *Cidade Parque de Diversões*, onde a brincadeira, descansar, estar com a família e os desportos são os elementos fundamentais; uma *Cidade da Aprendizagem* associada particularmente à sua própria escola; uma *Cidade Verde* associada à natureza e espaços verdes, à paisagem e à qualidade do ar; e uma *Cidade dos Adultos*, onde se destaca o trabalho, a saúde e as concepções de urbanidade dos juniores.

Nas concepções dos seniores, “uma cidade boa para viver” é uma *Cidade Sustentável*, associada à qualidade ambiental, à conservação da natureza e a uma economia verde (energia e transportes); uma *Cidade da Cultura e da Aprendizagem*, onde se destacam os espaços de educação e a aprendizagem intergeracional; uma *Cidade da Tolerância e da Diferença*, onde imperam os valores da liberdade, do respeito pelo outro, a solidariedade, cidadania e a tolerância pela diferença e religião; e, por último, uma *Cidade do Bem-estar e Qualidade de Vida*, onde são destacados o envelhecimento ativo, a saúde e o bem-estar social, a felicidade pública e uma política de proximidade.

Olhando para indicadores do DUS apresentados no Quadro II, e tendo em conta que estes representam os “objetivos desejados” considerados transversais a qualquer concepção de sustentabilidade urbana, facilmente se reconhece a consonância dos resultados dos exercícios aqui expostos com esses mesmos indicadores. É de salientar que os objetivos

traçados deste exercício tiveram um caráter mais pedagógico do que sistemático (aqui a vertente *educação-ação* sobrepõe-se à de *pesquisa*), que foi o de promover a aprendizagem pelas metodologias utilizadas, incitando o trabalho em grupo, a pesquisa, a criatividade, a didática, a reflexividade, e consequente aprendizagem.

Sénior – “[...] consideramos interessante referir que estes momentos de acerto, de inúmeros recortes e respetiva colagem, em género de linha de montagem, foram divertidíssimos, já que se tratava de três septuagenárias, em que os sentidos espaciais e de coordenação óculo-manual estão já obviamente menos apurados, com alguns tremeliques à mistura, mas num ambiente de manifesta didática, foi um gozo fazer isto.”

É nesta vertente que a dimensão qualitativa da CC deve ser posta em prática: colocar os cidadãos como investigadores da sua própria cidade, promovendo a reflexividade e a aprendizagem, para o desenvolvimento de uma consciência crítica civicamente ativa, habilitando-os a tomar posições e a propor soluções concretas.

Por último, este exercício faz parte de um *work in progress* que passa por colocar a Universidade como mediadora/facilitadora do diálogo entre os cidadãos e os decisores políticos. Tal significa constituir os cientistas sociais como planeadores culturais num quadro de *planeamento micro-colaborativo* complementar ao planeamento *macro-participativo* e formal, em que os cidadãos colaboram e acompanham ativamente as políticas públicas em todas as etapas do seu ciclo. Neste sentido, avaliámos positivamente estes primeiros resultados do projeto, salientando os contributos destes dois grupos, e pondo em destaque uma próxima etapa a realizar: promover o diálogo e a aprendizagem intergeracional a partir da apresentação e debate dos trabalhos dos seniores com os juniores, e *vice-versa*, apresentados pelos próprios num lugar nobre da cidade, alargando a participação ao público em geral.

É necessário referir que vários grupos inspiraram-se na sua própria cidade, Viana do Castelo, considerando que esta reúne muitos dos elementos que “*uma cidade boa para viver*” deve ter.

7. NOTAS FINAIS

Esta pesquisa, no âmbito mais alargado do projeto em que se insere (e nas suas outras vertentes de *educação-ação*), representa um contributo para o conhecimento das aplicações do PC e da CC ao campo do PRU.

Neste artigo partimos do argumento de que as cidades se podem constituir como plataformas intermediadoras para a conjugação entre os *planos transformacionais pretendidos*, o quadro político-normativo para o DS, e os *planos transformacionais individuais e de grupo*, as conceções das pessoas sobre sustentabilidade que se querem traduzidas em práticas. Nesse sentido, face à crescente centralidade da sustentabilidade nas políticas públicas (para o DUS), o artigo discute os papéis e palavras-chave dos planeadores culturais, e propõe a cultura/conhecimento local como fonte de conhecimento ambiental. O artigo discute ainda a dimensão qualitativa e quantitativa da CC, associando-a a dois tipos de planeamento complementares: *macro-participativo* e *micro-colaborativo*. O primeiro recorre à angariação pública de *big data* adequada à gestão e planeamento regional. O segundo deve partir da cultura como lente interpretativa do primeiro, servindo para a angariação de *sensitive data* que promova a etnoeducação num processo que não é apenas de recolha de dados, mas um processo reflexivo que desenvolva capacidades cívicas no seio de uma comunidade, promovendo a colaboração dos cidadãos na regeneração urbana dessa mesma comunidade.

Recorrendo à experiência cívica sobre “uma cidade boa para viver” realizada com dois grupos de idade, seniores e juniores, na cidade de Viana do Castelo, a análise de conteúdo ao material permite compreender o potencial das metodologias colaborativo-educativas no reconhecimento dos cidadãos da necessidade de mudar os seus modos de vida, e da participação na sua comunidade para um desenvolvimento próspero, inclusivo, e ambientalmente responsável da sua cidade. Funcionando para aproximar as conceções locais com as globais, afirma-se ainda o potencial que os exercícios reflexivo-prospetivos podem ter na apresentação de soluções locais concretas.

Estudos deste tipo (*pesquisa-educação-ação*) encontram necessariamente limitações na sistematização e análise dos

dados. No entanto, esta limitação é um reforço das características de uma CC como renovação da própria ciência profissional: uma ciência menos prometaica e positivista, e, por seu lado, mais hermenêutica e heurística. Ao colocar o cidadão como investigador, o cientista deve abdicar de o olhar como objeto de estudo, orientando-o como sujeito da pesquisa.

Por fim, os grupos da experiência que aqui apresentámos, ao relacionarem muitos dos elementos de “uma cidade boa para viver” com a sua própria cidade, Viana do Castelo, deixa-nos em aberto algumas linhas de pesquisa a seguir. Um PC requer, tal como a colaboração informada dos cidadãos e do seu conhecimento local, a abertura política e os mecanismos necessários à utilização desse conhecimento nos processos de tomada de decisão. Neste sentido, cabe aos cientistas sociais, nos seus papéis de planeadores culturais e de mediadores do diálogo cívico-político, compreender como potenciar tal abertura, ou seja, como criar janelas de oportunidade para as políticas públicas colaborativas.

BIBLIOGRAFIA

- Bardin, L.** (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bonde, A.** (2013). Think Small: Time For Marketers To Move Beyond The Big Data Hype. [Em linha] Disponível em http://www.cmo.com/features/articles/2013/11/20/think_small_time_for.html#gs.af15q1A. [acedido em 22/09/2017].
- European Comission** (2013). *Science for Environment Policy: Environment Citizen Science*. Science for Environment Policy Indepth Report. Bristol, Science Communication Unit, University of the West of England,
- Ghilardi, L.** (2001). Cultural Planning and cultural diversity. In: Bennett, T. (Ed.), *Differing Diversities: Cultural Policy and Cultural Diversity*. Council of Europe Publications, pp. 1-17.
- Hall, P.** (1996). *Cities of Tomorrow: An intellectual history of urban planning*. Oxford, Balkwell.
- Irwin, A.** (1995). *Citizen Science: A Study of People, Expertise and Sustainable Development*. London, Routledge.
- Jacobs, J.** (1965). *The Death and Life of Great American Cities*. Harmondsworth, Pelican.
- Lindstrom, M.** (2016). *Small Data: The Tiny Clues that Uncover Huge Trends*. Lisboa, Gestão Plus.
- Kemmis, S. e McTaggart, R.** (1988). *The Action Research Planner*. Australia, Deakin University Press.
- Krippendorff, K.** (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park/CA, SAGE.
- Maclaren, V. W.** (2004). Urban Sustainability Reporting. In: Wheeler, S. M., e Beatley T. (Edt.). *The Sustainable Urban Development Reader*. London, Routledge, pp. 203-210.
- Mercer, C.** (2006). Cultural Planning for Urban Development and Creative Cities. [Em linha] Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download.jsessionid=A3D3852816EBF9028A0AA1D6B4E33D7C?doi=10.1.1.488.8580&rep=rep1&type=pdf>. [acedido em 10/09/2017].
- Mol, A. P. J.** (2000). Ecological Modernization and the Global Economy. In: *Global Environmental Politics*, 2, 2, pp. 92-114.
- Perlof, H.** (1979) *The Arts in the Economic Life of the City: A Study*. New York, American Council for the Arts.
- Queirós, M.** (2003). Questões para uma Agenda Contemporânea do Desenvolvimento Sustentável. In: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. 1 Série, Vol. XIX, pp. 331-343.
- Sachs, J.** (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia, Columbia University Press.
- Schmidt, L., e Guerra, J.** (2007). Cidadania e Governança no take off do Desenvolvimento Sustentável. *Atas do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho, GT 23 – Sociedade e Ambiente*.
- Seixas, P. C.** (2017). Planejamento Cultural e Cultura do Planejamento. In: Cruz, F. M. R. [Org.]. *Cultura e cidade: abordagem multidisciplinar da cultura urbana*. Natal, RN, EDUFRN, pp. 75-123.

Seixas, P. C. (2016) Do Planeamento Cultural (PC) e Ciência Cidadã (CC) aos Estudos de Sustentabilidade. Reflexão sobre a prática sobre dois estudos de caso de produção do espaço. In: Martin, J. T. (Org.) *Reflexiones Rayanas*. Asociación de Antropología de Castilla y León "Michael Kenny", Vol 2, pp. 71-100.

Seixas, P. C. (2014). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A primeira Política Pública Global do Antropoceno. In: *Revista Científica Monfragüe*, Vol II, 2, pp.191-213.

Seixas, P. C. (2012b). Políticas e Modelos de Desenvolvimento Territorial na Europa e em Portugal. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.122, pp.147-175.

Seixas, P. C. (2011). Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: modelos analíticos e de desenvolvimento territorial. In: *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Vol. 3, 1, pp. 55-75.

United Nations (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. (Em linha) Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. (acedido em 13/09/2017).

United Nations (1992). Report of the United Nations Conference on Environment and Development. (Em linha) Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>. (acedido em 13/09/2017).

World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. New York, Norton.

